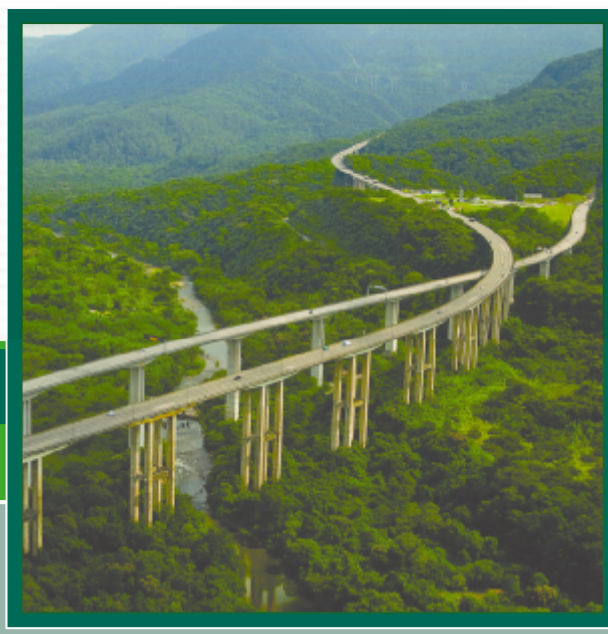


Demonstrações Financeiras 2012



Relatório da Administração 2012

Mensagem da Administração

A entrada da EcoRodovias no setor portuário foi marco do Grupo no ano de 2012. Em junho do ano passado, foi concluída a aquisição do Complexo Tecondi, sendo sua integração um dos focos estratégicos do Grupo. Como resultado dessa integração, do desenvolvimento da área de logística e dos ativos de concessões rodoviárias, a EcoRodovias obteve crescimento de 33,9% em sua receita bruta, totalizando R\$ 2.657,1 milhões. O setor de concessões rodoviárias correspondeu a 71,7% deste total, que registrou 207,3 milhões de veículos equivalentes pagantes em 2012, 3,5% superior ao ano de 2011. O destaque do ano no setor de concessões rodoviárias foi a assinatura do termo aditivo junto à ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, no qual a concessionária Ecovias dos Imigrantes investirá cerca de R\$ 328 milhões em novas obras na Baixada Santista com o objetivo de adequar o tráfego e eliminar o gargalo da região. Em 2012, o Consórcio Rodovia da Vitória, composto pela EcoRodovias e SBS Engenharia, foi declarado e homologado vencedor da concorrência pública de concessão da rodovia BR-101 no Estado do Espírito Santo. O contrato, porém, ainda não foi assinado em razão de recurso interposto pelo segundo colocado, impossibilitando o início das atividades de operação e investimentos ao longo dos 475,9 quilômetros de extensão. A EcoRodovias e a SBS Engenharia vem tomando as medidas necessárias para assegurar essa assinatura. Sobre os novos negócios, a Companhia continua acompanhando o desenvolvimento das futuras licitações de concessões rodoviárias federais e estaduais, no aguardo do lançamento dos respectivos editais, sempre dentro da estratégia do Grupo de atuar nos principais corredores de importação e exportação. O Grupo EcoRodovias continua atento às oportunidades em portos e aeroportos, sempre com foco na rentabilidade de seus negócios, preservando, principalmente, a disciplina de capital e uma estrutura econômico-financeira que possibilite o crescimento sustentável da Companhia. Ao final do ano de 2012 e início de 2013, um de nossos acionistas majoritários - Impregilo International Infrastructures N.V. - alienou sua participação na EcoRodovias, passando 19% para a Primav Construções e Comércio S.A. e o restante para o mercado em bolsa. Sendo assim, a Primav passou a ter 64,0% das ações da EcoRodovias e os 36,0% restantes estão no mercado em bolsa, conforme organograma abaixo:



As ações da EcoRodovias (BM&FBOVESPA: ECOR3) valorizaram 24% ao longo de 2012. O reconhecimento do mercado de que o grupo busca resultados de maneira sustentável vem, ainda, por meio da inclusão das ações, pela segunda vez, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA, o ISE. Gostariamos de destacar, também, os dez anos da pista descendente da rodovia dos Imigrantes, completados em dezembro. Um marco na gestão empresarial do Grupo EcoRodovias, além de motivo de orgulho de toda a nossa equipe, a obra é, ainda hoje, uma referência para a engenharia brasileira, bem como para os bancos de fomento, no que se refere ao modelo de gestão ambiental. Trata-se de uma importante conquista, que credencia o Grupo a participar de investimentos em infraestrutura e colaborar com o desenvolvimento do Brasil. Por fim, não poderíamos deixar de agradecer os nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento na superação das metas empresariais, os nossos acionistas, sempre confiantes na gestão da companhia, os conselheiros, que nos conduziram e nos apoiaram na realização de importantes conquistas, e o apoio de nossos clientes, usuários, órgãos reguladores e demais instituições. Gostariamos de convidar todos os nossos stakeholders a participar de uma importante missão: salvar vidas. Acreditamos que o trânsito mais seguro se faz também do compromisso individual de se respeitar o Código de Trânsito Brasileiro em sua integridade. Por isso, lançamos em junho de 2012 a campanha "Por Uma Estrada Sem Acidentes", com a principal meta de engajar as pessoas nessa causa que deve ser motivo de orgulho para todos. Convidamos todos os colaboradores e usuários das nossas rodovias não apenas a fazer essa reflexão, mas a ser peça fundamental para auxiliar a Organização das Nações Unidas (ONU) a alcançar o objetivo de reduzir em 50% o número de ocorrências no trânsito em todo o mundo - proposto pela Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito. Medidas nas áreas de engenharia e coordenação de tráfego das nossas concessionárias estão sendo tomadas para que essa meta seja alcançada. Essa causa vale a vida.

ADOÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

DESEMPENHO OPERACIONAL

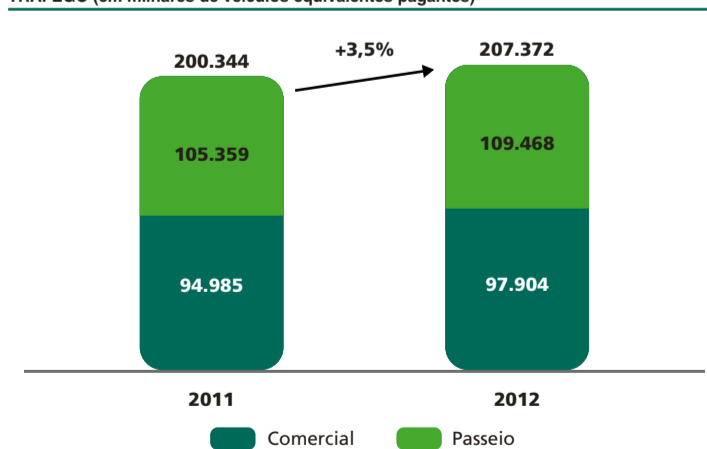
Concessões Rodoviárias

Evolução do Tráfego: O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um crescimento de 3,5% em 2012, quando comparado com 2011. Os principais motivos para esta variação estão apresentados abaixo:

Veículos comerciais - apresentaram crescimento de 3,1% em 2012, quando comparados ao ano anterior. Em São Paulo, a concessionária Ecovias dos Imigrantes cresceu 5,1%, devido ao grande volume de exportação de milho e a concessionária Ecopistas apresentou crescimento de 2,4%, em função ao bom desempenho do setor industrial. No Paraná, a Ecovia Caminho do Mar obteve um crescimento de 10,0%, devido à safra de milho, que contribuiu para o aumento da movimentação nos portos de Paranaguá e Antonina e a Ecocatataras cresceu 3,2%. No Rio Grande do Sul, a Ecosul apresentou queda de 3,1% em função da menor movimentação no Porto de Rio Grande, resultante da estiagem que afetou a produção das commodities agrícolas no Estado.

Veículos de passeio - cresceram 3,9% em 2012, quando comparado ao ano anterior. Este desempenho foi reflexo das condições climáticas favoráveis e do aumento de renda da população brasileira, que impulsionaram o fluxo de veículos de passeio nas regiões de turismo dos estados das regiões Sudeste e Sul do país. O cenário resultou em crescimentos de 4,4% na Ecovias dos Imigrantes, 2,9% na Ecopistas, 12,8% na Ecovia Caminho do Mar e 1,9% na Ecocatataras. O desenvolvimento do polo de Pelotas, no Rio Grande do Sul, influenciado pelo polo naval instalado na região, foi o grande influenciador do crescimento de 8,8% na concessionária.

TRÁFEGO (em milhares de veículos equivalentes pagantes)



Logística

O desempenho do setor de logística da EcoRodovias está dividido nos seguintes segmentos: **Zona Primária:** composto pelas unidades Ecopátio Cubatão e CLIA Santos. No Ecopátio Cubatão, são oferecidos, atualmente, os serviços de REDEX - recinto especial para despacho aduaneiro de exportação, DEPOT - serviço de manutenção e armazenagem de contêineres vazios e pátio exportador de caminhões. No CLIA Santos é oferecido o serviço de recinto alfandegado.

Em 2012, foram movimentados 81.554 contêineres na Zona Primária, 8,5% inferior à 2011. A redução deve-se à diminuição das operações de REDEX (de 19,0% no total movimentado em 2011 para 14,9% em 2012) e de DEPOT (59,2% do total movimentado em 2011 para 63,2% em 2012). Em compensação, houve aumento de movimentações de contêineres no CLIA Santos (de 20,7% do total movimentado em 2011 para 21,9% do total movimentado em 2012).

Portos Secos de Interior: composto pelas unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba, que oferecem os serviços de armazenagem e recinto alfandegado. Em 2012, foram movimentados US\$ 4.880,0 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Interior da EcoRodovias, redução de 8,4% quando comparado a 2011 devido, principalmente, à greve realizada pelos órgãos anuentes no segundo semestre de 2012.

Portos Secos de Fronteira: composto pelas unidades de Foz do Iguaçu, Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento que oferecem os serviços de recinto alfandegado nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai.

Em 2012, foram movimentados US\$ 15.102 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Fronteira da EcoRodovias, redução de 6,8% em relação a 2011, resultante, principalmente, da redução do fluxo de exportação nas unidades de fronteira.

Transporte: corresponde à prestação de serviços de transporte rodoviário para os clientes, por meio de frota própria, prestadores de serviços autônomos e frota terceirizada. A receita advinda das operações de transporte representou 13,3% da receita do segmento de logística em 2012, redução de 1,7 ponto percentual, quando comparado a 2011. A redução deve-se, principalmente, ao encerramento das operações de transporte no Rio de Janeiro e término de contratos com os clientes da indústria química no Centro de Distribuição de Alphaville.

Centros de Distribuição: composto pelos Centros de Distribuição de Alphaville, Cajamar, Curitiba e Ecopátio Imigrantes, que oferecem os serviços de gestão de estoque de clientes. Em 2012, a taxa de ocupação atingiu 65,0% do total de 106 mil m² disponíveis, registrando redução de 35 pontos percentuais, quando comparado a 2011. A redução deve-se, principalmente, à mudança de perfil dos clientes atendidos, mais especificamente à descontinuidade de prestação de serviços para a indústria química.

STP - Sem Parar/Via Fácil

O total de tags instalados pelo sistema Sem Parar/Via Fácil atingiu 3.770 mil unidades em 31 de dezembro 2012, aumento de 16,2% em relação a dezembro de 2011. Esse crescimento é sustentado pela cobertura de 94% das praças de pedágio existentes e 150 estacionamentos que aceitam o sistema. Do total de arrecadação consolidada de pedágios das concessionárias da EcoRodovias, 45,2% foi realizada por meio de cobrança eletrônica em 2012.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A Receita Bruta Consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R\$ 2.358,6 milhões em 2012. O aumento em relação a 2011 foi de 32,1%. Considerando a receita de construção, a Receita Bruta atingiu R\$ 2.657,1 milhões em 2012, 33,9% superior a 2011.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2012	2011	Var.
Concessões Rodoviárias	1.606,1	1.441,7	11,4%
Receita de Construção	298,5	199,4	49,7%
Logística (80%)	315,1	286,8	9,9%
Complexo Tecondi	370,3	-	n.m.
STP (12,75%)	66,3	55,4	19,6%
Serviços	123,4	119,3	3,4%
Eliminações	(122,6)	(117,5)	4,3%
CONSOLIDADO	2.657,1	1.985,1	33,9%
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	2.358,6	1.785,7	32,1%

A receita de concessões rodoviárias é proveniente de receitas de pedágios (correspondente a 58,3% da receita bruta consolidada em 2012), receitas acessórias (monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos, outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias) e receita de construção estabelecida pelo ICPC-01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) - Contratos de Concessão em que a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária gera uma receita que a Companhia não reconhece margem de lucro (margem igual a zero), sendo o valor correspondente ao mesmo contabilizado na conta de "Custo de Construção de Obras".

A receita de logística é composta pela receita da movimentação de contêineres da Zona Primária (correspondente a 30,7% do total de receita de logística), receita dos Portos Secos de Interior, receita dos Portos Secos de Fronteira, receita de transporte e receita dos centros de distribuição.

A receita bruta do Complexo Tecondi atingiu R\$ 162,2 milhões no 4T12 e R\$ 370,3 milhões em 2012, que corresponde aos meses de junho a dezembro de 2012.

A receita da STP (Sem Parar/Via Fácil) atingiu R\$ 520,0 milhões em 2012 (+19,6% em relação a 2011). A participação acionária da EcoRodovias na STP é de 12,75%, o que corresponde a uma receita bruta de R\$ 66,3 milhões em 2012, consolidada nas demonstrações financeiras.

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R\$ 2.110,6 milhões em 2012, 29,7% superior a 2011. As Deduções sobre a Receita Bruta atingiram R\$ 248,0 milhões em 2012, representando 10,5% do total da receita bruta, desconsiderando a Receita de Construção, do respectivo período. Considerando a Receita de Construção, a Receita Líquida de 2012 atingiu R\$ 2.409,1 milhões, 31,8% superior ao registrado em 2011.

Receita Líquida (em milhões de R\$)	2012	2011	Var.
Concessões Rodoviárias	1.468,0	1.352,1	8,6%
Receita de Construção	298,5	199,4	49,7%
Logística (80%)	266,9	242,4	10,1%
Complexo Tecondi	328,8	-	n.m.
STP (12,75%)	60,1	47,1	27,6%
Serviços	109,4	103,8	5,4%
Eliminações	(122,6)	(117,5)	4,3%
CONSOLIDADO	2.409,1	1.827,4	31,8%
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	2.110,6	1.627,9	29,7%

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2012, os custos e despesas consolidados atingiram R\$ 1.505,3 milhões, frente aos R\$ 1.038,9 milhões em 2011, variação de 44,9%. Excluindo os custos de construção de obras e provisão para manutenção decorrentes da aplicação do ICPC-01, os custos totalizam R\$ 1.131,7 milhões em 2012, 49,1% superior aos R\$ 759,2 milhões de 2011.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R\$)	2012	2011	Var.
EcoRodovias Infraestrutura e Logística			
Pessoal	326,6	212,4	53,8%
Conservação e Manutenção	63,5	69,7	-8,9%
Serviços de Terceiros	299,2	143,8	108,1%
Seguros, Poder Concedente e Locações	112,0	103,8	7,9%
Depreciações / Amortizações	237,4	168,2	41,1%
Provisão para Manutenção	75,1	80,3	-6,5%
Custo de Construção de Obras	298,5	199,4	49,7%
Outros	93,0	61,3	51,7%
CONSOLIDADO EcoRodovias	1.505,3	1.038,9	44,9%
CONSOLIDADO - Excluindo Custo de Construção de Obras e Provisão para Manutenção	1.131,7	759,2	49,1%

Os principais motivos das variações dos custos operacionais e despesas administrativas foram: a consolidação das empresas do Complexo Tecondi, custo com contratação de consultoria para campanha educacional abordando a segurança no trânsito, custo de construção de obras, ambas decorrentes da aplicação das normas do IFRS/ICPC, custo com pessoal, principalmente pelo dissídio, e despesas não recorrentes causadas pela adequação do quadro de funcionários na logística, consultoria financeira para estudos de reestruturação de dívidas da Elog e depreciações e amortizações de novos ativos no Ecopátio Cubatão.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA Consolidado apurado, considerando o IFRS, foi de R\$ 1.190,8 milhões em 2012, atingindo a margem de 49,4%. O EBITDA Consolidado Ajustado atingiu R\$ 1.265,9 milhões em 2012, com margem de 60,0%. O EBITDA Ajustado é calculado desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pela aplicação do IFRS.

EBITDA (em milhões de R\$)	2012	2011	Var.
CONSOLIDADO			
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	427,0	387,6	10,2%
Depreciações e Amortizações	237,4	168,2	41,1%
Resultado Financeiro	265,0	183,1	44,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	261,1	217,6	20,0%
Amortização de Investimentos	0,3	0,8	-63,2%
EBITDA	1.190,8	957,3	24,4%
Margem EBITDA	49,4%	52,4%	-3,0 p.p.

EBITDA Ajustado s/ IFRS (em milhões de R\$)	2012	2011	Var.
EBITDA IFRS	1.190,8	957,3	24,4%
Receita de Construção	(298,5)	(199,4)	49,7%
Custo de Construção	298,5	199,4	49,7%
Provisão para Manutenção	75,1	80,3	-6,5%
EBITDA Ajustado *	1.265,9	1.037,6	22,0%
Margem EBITDA Ajustada	60,0%	63,7%	-3,7 p.p.

* O EBITDA Ajustado exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção do saldo dos custos dos serviços prestados.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 265,0 milhões em 2012, 44,7% superior ao resultado de 2011. Esta variação ocorreu, basicamente, devido ao pré-pagamento da 1ª, 2ª e 3ª séries da Primeira Emissão de Debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços e pré-pagamento da Primeira Emissão de Debêntures e financiamento com o BNDES da Elog.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2012, a EcoRodovias apresentou lucro líquido de R\$ 422,1 milhões, 10,2% superior aos R\$ 383,1 milhões registrados em 2011.

DISPONIBILIDADE E ENVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias encerrou dezembro de 2012 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$ 1.026,1 milhões. A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R\$ 3.284,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumento de 124,9% na dívida líquida, quando comparado a 31 de dezembro de 2011.

Contribuíram para o aumento do saldo da dívida financeira os seguintes fatores: (i) Emissão de debêntures no valor de R\$ 300,0 milhões pela Elog (participação EcoRodovias: R\$ 240,0 milhões); (ii) Emissão de debêntures da Ecoporto (R\$ 600,0 milhões); (iii) Emissão de debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços (R\$ 800,0 milhões); (iv) Notas Promissórias da EcoRodovias Infraestrutura e Logística (R\$ 550,0 milhões). Contribuíram para a redução do saldo da dívida financeira os seguintes fatores: (i) Pré-pagamento da 1ª emissão de Debêntures da Elog no valor de R\$ 170,0 milhões (participação EcoRodovias: R\$ 136,0 milhões) e empréstimo com o BNDES de R\$ 43,7 milhões (participação da EcoRodovias: 35,9 milhões); (ii) Pré-pagamento de R\$ 366,6 milhões da 1ª emissão de Debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços.

Endividamento (em milhões de R\$)	2012	2011	Var.
Curto Prazo	1.012,4	541,7	86,9%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	805,3	163,1	393,7%
Debêntures	207,1	378,6	-45,3%
Longo Prazo	2.272,0	1.134,4	100,3%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	164,4	189,8	-13,4%
Debêntures	2.107,6	944,6	123,1%
Endividamento bruto	3.284,4	1.676,1	96,0%
Caixa e equivalentes de caixa	1.026,1	671,8	52,7%
Endividamento líquido	2.258,3	1.004,3	124,9%

CAPEX

Os investimentos consolidados realizados na EcoRodovias, em 2012, foram de R\$ 503,6 milhões, 32,0% superior ao registrado em 2011.

No setor de concessões rodoviárias, o total de investimentos realizados em 2012 foi de R\$ 409,9 milhões, superior em 44,9% em relação a 2011. Os principais investimentos foram concentrados em demais melhorias e ampliações (35,3% dos investimentos), pavimentação e conservação especial (42,0% dos investimentos), investimentos em hardware e equipamentos de pedágio, obras em andamento e melhorias nas sinalizações e dispositivos de segurança, das cinco concessionárias em operação. Destaque para as obras de duplicação do trecho de 14,4 km, da Ecocatataras, entre a cidade de Pedreira da Itatiaia e Medianeira, no estado do Paraná, para os investimentos na Ecopistas, referentes, principalmente, à adequação do Trevo dos Pimentas e para a Ecovias dos Imigrantes, com a implantação da 5ª faixa entre o km 26 e o km 41 na Rodovia dos Imigrantes.

No setor de logística, o valor de investimento realizado em 2012 foi de R\$ 36,4 milhões, 49,0% inferior ao ano de 2011.

No setor portuário, o valor de investimento realizado em 2012 foi de R\$ 31,9 milhões. E, na empresa de Serviços Compartilhados (EcoRodovias Concessões e Serviços) foi de R\$ 13,2 milhões, 22,8% inferior a 2011.

CAPEX (em milhões de R\$)	2012			2011			Var. Total 2012x2011
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Concessões Rodoviárias							
Ecovias dos Imigrantes	91,1	55,0	146,1	75,3	41,2	116,5	25,4%
Ecopistas	118,0	-	118,0	67,4	-	67,4	75,1%
Ecovia Caminho do Mar	31,2	3,5	34,7	28,2	-	28,2	23,0%
Ecocatataras	59,1	19,0	78,1	10,6	22,6	33,2	135,2%
Ecosul - Rodovias do Sul	32,2	0,8	33,0	33,1	4,3	37,4	-11,8%
Total	331,6	78,3	409,9	214,6	68,1	282,8	44,9%
Logística							
Ecopátio Logística Cubatão	7,3	-	7,3	28,6	-	28,6	-74,5%
Ecopátio Imigrantes	2,1	-	2,1	11,3	-	11,3	-81,4%
Elog	27,0	-	27,0	31,5	-	31,5	-14,3%
Total	36,4	-	36,4	71,4	-	71,4	-49,0%
Complexo Tecondi	30,9	-	30,9	-	-	-	-
STP (12,75%)	7,3	-	7,3	7,5	-	7,5	-2,7%
EcoRodovias Concessões (Serviços)	13,2	-	13,2	17,1	-	17,1	-22,8%
Holding	5,9	-	5,9	2,8	-</		



Balancos Patrimoniais

Levantados em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	435.621	87.066	946.916	604.551
Títulos e valores mobiliários.....	6	-	-	28.498	30.106
Clientes.....	7	-	-	254.032	176.505
Tributos a recuperar.....	8	13.812	13.620	31.948	27.403
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.....	9	14.032	133.157	-	-
Despesas antecipadas.....	10	202	96	7.603	8.503
Outros créditos.....		210	259	40.784	30.564
Total do ativo circulante.....		463.877	234.198	1.309.781	877.632

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários.....	6	-	-	50.658	37.201
Tributos diferidos.....	17.a)	-	-	59.371	68.444
Depósitos judiciais.....	11	9.615	9.116	91.129	25.242
Ativos indenizatórios.....	12	-	-	3.632	2.870
Partes relacionadas - clientes.....	22	6.487	36	-	-
Outros créditos.....		-	32.537	6.383	-
Despesas antecipadas.....	10	-	-	360	410
Investimentos:					
Em controladas.....	13	1.220.196	1.407.312	10	10
Ágio.....	13	996.152	246.040	-	-
Propriedades para investimento.....	14	-	-	-	51.603
Imobilizado.....	15	4.582	4.932	590.719	287.933
Intangível.....	16	73	92	4.057.759	2.798.709
Total do ativo não circulante.....		2.237.105	1.667.528	4.886.175	3.278.805

	2.700.982	1.901.726	6.195.956	4.156.437
Total do Ativo.....				

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da controlada								
		Reserva de capital		Reservas de lucros		Patrimônio líquido dos acionistas controladores (BR GAAP)	Participação dos acionistas controladores no patrimônio líquido (IFRS e BR GAAP)	Patrimônio não líquido consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		Capital social	base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos				Orçamento de capital	Lucros acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2010.....		1.320.549	31.149	71.600	142.158	215.747	-	1.781.203	6.664	1.787.867
Eleito de participação de acionistas não controladores nas controladas.....		-	-	-	-	-	-	-	(8.172)	(8.172)
Ações em tesouraria.....	28.g)	-	(2.011)	-	-	-	-	(2.011)	-	(2.011)
Plano de opção com base em ações.....	28.f)	-	2.086	-	-	-	-	2.086	-	2.086
Dividendos distribuídos (R\$ 0,25 por ação).....	28.e)	-	-	-	(142.157)	-	-	(142.157)	-	(142.157)
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	383.017	383.017	4.549	387.566
Destinação do lucro:										
Reserva legal.....	28.e)	-	-	19.151	-	-	(19.151)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital.....	28.d)	-	-	-	-	172.358	(172.358)	-	-	-
Dividendos intermediários pagos (R\$ 0,25 por ação).....	28.e)	-	-	-	-	-	(140.078)	(140.078)	-	(140.078)
Constituição para reserva de dividendos.....	28.e)	-	-	-	51.430	-	(51.430)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011.....		1.320.549	31.224	90.751	51.431	388.105	-	1.882.060	3.041	1.885.101
Eleito de participação de acionistas não controladores nas controladas.....	4.a)(vi)	-	-	-	-	-	-	-	15.001	15.001
Ações em tesouraria.....	28.g)	-	(815)	-	-	-	-	(815)	-	(815)
Plano de opção com base em ações.....	28.f)	-	1.458	-	-	-	-	1.458	-	1.458
Dividendos distribuídos (R\$ 0,09 por ação).....	28.e)	-	-	-	(51.431)	-	-	(51.431)	(5.104)	(56.535)
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	422.072	422.072	4.973	427.045
Destinação do lucro:										
Reserva legal.....	28.e)	-	-	21.104	-	-	(21.104)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital.....	28.d)	-	-	-	-	189.932	(189.932)	-	-	-
Dividendos intermediários pagos (R\$ 0,26 por ação).....	28.e)	-	-	-	-	-	(145.768)	(145.768)	-	(145.768)
Constituição para reserva de dividendos.....	28.e)	-	-	-	65.268	-	(65.268)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012.....		1.320.549	31.867	111.855	65.268	578.037	-	2.107.576	17.911	2.125.487

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas				
Com arrecadação de pedágio.....	-	-	1.548.181	1.389.658
Com construção.....	-	-	298.540	199.435
Outras receitas.....	-	-	810.424	396.020
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos serviços prestados.....	(2.967)	-	(690.944)	(530.066)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros..	(30.726)	(19.741)	(200.779)	(131.796)
Outros.....	-	-	(293)	(795)
Valor (Consumido) Adicionado Bruto.....	(42.108)	(19.741)	1.765.129	1.322.456
Depreciação e Amortização.....	(1.110)	(999)	(237.426)	(168.230)
Valor (Consumido) Adicionado Líquido Produzido pela Companhia.....	(43.218)	(20.740)	1.527.703	1.154.226
Valor Adicionado recebido em Transferência				
Receitas financeiras.....	15.622	30.350	82.557	107.329
Resultado de equivalência patrimonial.....	506.011	401.588	-	-
Outras receitas, líquidas.....	-	52	-	617
	521.633	431.990	82.557	107.946
Valor Adicionado Total a Distribuir.....	478.415	411.250	1.610.260	1.262.172

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações com sede em São Paulo - SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objetivo operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retróreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 4. A EcoRodovias e suas controladas são também designadas como "Grupo EcoRodovias" ao longo deste relatório.

Insuficiência de capital circulante líquido

A EcoRodovias possui deficiência de capital circulante líquido de R\$ 124.655. A Companhia possui geração de caixa operacional e linhas de créditos disponíveis para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:
a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
b) As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinações dos instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente se baseia no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo EcoRodovias é como segue:

2.3. Moedas funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.5. Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante					
Fornecedores.....		552	2.088	150.138	131.851
Empréstimos e financiamentos.....	19	574.108	-	804.722	161.120
Arrendamento mercantil financeiro.....	20	-	-	599	2.016
Debêntures.....	21	-	-	207.144	378.634
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	18	368	316	30.795	21.566
Obrigações sociais e trabalhistas.....	26	7.876	5.505	54.309	30.354
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.....	-	-	-	1.848	259
Partes relacionadas - fornecedores.....	22	-	-	5.163	1.787
Credor pela concessão.....	25	-	-	18.158	17.082
Imposto de renda e contribuição social a pagar.....	23	-	-	29.397	20.152
Provisão para manutenção.....	-	-	-	63.531	38.286
Provisão para construção de obras futuras.....	24	-	-	2.141	12.527
Outras contas a pagar.....		10.279	9.080	66.491	46.296
Total do passivo circulante.....		593.183	16.989	1.434.436	861.930
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos.....	19	-	-	164.346	189.187
Arrendamento mercantil financeiro.....	20	-	-	64	641
Debêntures.....	21	-	-	2.107.637	944.565
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.....	-	-	11.905	2.710	4.952
Outras contas a pagar.....		-	-	46.705	4.952
Tributos diferidos.....	17.a)	163	2.677	2.880	24.430
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.....	27	60	-	127.004	52.634
Provisão para manutenção.....	23	-	-	115.131	133.259
Provisão para construção de obras futuras.....	24	-	-	10.400	1.929
Credor pela concessão.....	25	-	-	50.321	55.099
Total do passivo não circulante.....		223	2.677	2.636.033	1.409.406
Patrimônio Líquido					
Capital social.....	28.a)	1.320.549	1.320.549	1.320.549	1.320.549
Reserva de lucros - legal.....	28.c)	111.855	90.751	111.855	90.751
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital.....	28.d)	578.037	388.105	578.037	388.105
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos.....	28.e)	65.268	51.431	65.268	51.431
Reserva de capital - plano de opção com base em ações.....	28.f)	31.867	31.224	31.867	31.224
Atribuído à participação dos acionistas controladores.....		2.107.576	1.882.060	2.107.576	1.882.060
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas.....	28.h)	-	-	17.911	3.041
Total do patrimônio líquido.....		2.107.576	1.882.060	2.125.487	1.885.101
Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....		2.700.982	1.901.726	6.195.956	4.156.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita Líquida.....	30	-	-	2.409.107	1.827.371
Custo dos Serviços Prestados.....	31	-	-	(1.162.350)	(810.823)
Lucro Bruto.....		-	-	1.246.757	1.016.548
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas gerais e administrativas.....	31	(48.422)	(41.393)	(342.976)	(228.100)
Resultado de equivalência patrimonial.....	13	497.596	401.588	-	(180)
Outras receitas (despesas), líquidas.....		(11.382)	52	4	



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

social dessa "joint venture", considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionistas firmados entre a Companhia e suas parceiras nessa "joint venture", em que nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

2.7. Combinação de negócios
Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, menos mensurados na data de aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente.
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento com base em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10 (R1)) na data de aquisição.
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor da participação adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Demonstrações financeiras individuais
Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICP 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

2.8. Ágio (ativo de vida útil indefinida)
O ágio reconhecido não recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupo de unidades geradoras de caixa, da Companhia, desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa, às quais o ágio foi alocado, são submetidas anualmente a teste de redução ao recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderia apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio da unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

2.9. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros
Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado
Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido com o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de "hedge" em uma contabilização de "hedge".

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Companhia, e as respectivas informações forem fornecidas internamente de forma consistente e transparente.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisões para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis
São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisões para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda
São aqueles que não são derivativos e são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em outras categorias anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros
É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado
São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de "hedge" efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja "performance" seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.

• Forem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado
São mensurados ao valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros
São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante.

A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.10. Imobilizado
Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear e pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.11. Propriedade para investimento
A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A propriedade para investimento é registrada pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos com um custo na demonstração do resultado do exercício a que se referem.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente perdida resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

2.12. Ativos intangíveis
A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando esta tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado patrimonial de acordo com o método de custo. Os custos de aquisição de caixa projetados de desocatos que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios
Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

2.13. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados
A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados de acordo com o método de custo, com base nos fluxos futuros de caixa projetados de resultados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.14. Passivos financeiros

Outros passivos financeiros
Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil financeiro, empréstimos e financiamentos, debêntures e credor pela concessão (vide notas explicativas nº 19, nº 20, nº 21 e nº 25). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. Custos de empréstimos
Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.16. Tributação
A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes
A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente/demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de incluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada por cada empresa do Grupo EcoRodovias, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos
O imposto de renda diferido ("tributo diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo EcoRodovias espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

c) As receitas de serviços estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

2.17. Provisões
a) Provisões para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões para obrigações presentes e futuras contingentes são reconhecidas sobre eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 27.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base em uma análise de risco, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica "Reserva de capital - plano de opção com base em ações", que registrou o benefício aos empregados.

c) Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão
A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

2.18. Demais passivos circulantes e não circulantes
Os demais passivos circulantes e não circulantes são calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.19. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações
A Companhia e suas controladas oferecem a seus empregados plano de opção com base em ações, liquidados com as ações da Companhia e de suas controladas, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações.

O plano de opção com base em ações para empregados são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 28(i).

O valor justo das opções concedidas determinada na data da outorga é registrado pelo método linear com base em uma análise de risco, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica "Reserva de capital - plano de opção com base em ações", que registrou o benefício aos empregados.

2.20. Reconhecimento da receita
A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o registro contábil.

a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.

b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração é dividida pelos valores nominais dos serviços envolvidos.

d) As receitas de logística são reconhecidas por ocasião da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de caminhões.

e) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

2.21. Receitas e despesas financeiras
Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos, financiamentos, debêntures, credor pela concessão e provisão para manutenção.

2.22. Dividendos e juros sobre o capital próprio
A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração é aprovada pelo Conselho de Administração e registrada no livro de atas e é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.23. Lucro básico e diluído por ação
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam aumento nas exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

2.24. Demonstração do valor adicionado ("DVA")
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.25. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas
O Grupo EcoRodovias não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.

- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser apresentado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.

- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

- Modificações às IFRSs - as melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis a exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:

- a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.

- b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A adoção da norma IFRS 10, a qual possui a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle, e a adoção da norma IFRS 11 resultarão em alterações na contabilização do investimento mantido pelo Grupo EcoRodovias nas "joint ventures" - Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, empresa controlada em conjunto de acordo com a norma IAS 31 - "Interest in Joint Ventures", atualmente contabilizada pelo método de consolidação proporcional. De acordo com a norma IFRS 11, essa empresa controlada em conjunto é classificada como "joint venture" e registrada pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Companhia nos ativos líquidos, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes da Companhia em uma única conta que será apresentada na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como "Investimentos" e "Equivalência patrimonial", respectivamente.

A Administração realizou uma revisão em suas demonstrações para determinar os efeitos da adoção das normas IFRS 10 e IFRS 11, e as variações observadas nas demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são: ativo total após os efeitos R\$5.776.299 (antes, R\$6.195.956), passivo após os efeitos R\$3.650.812 (antes, R\$4.070.469) e receita líquida após os efeitos R\$2.084.122 (antes, R\$2.409.107).

- Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC:

- CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11)
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada)
- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)
- CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12)
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13)

A Administração da Companhia avaliou essas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão
Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas no Anexo 1.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis
A Administração



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(viii) O Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp.
(ix) A Termare - Terminais Marítimos Especializados S.A. é uma empresa brasileira, dedicada ao manuseio e à armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
(x) A Termlog Transporte e Logística Ltda. atua na movimentação interna de contêineres das empresas Tecondi e Termare, e expande seus serviços para atender ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.
Controladas indiretas

(xi) A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
(xii) A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
(xiii) A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
(xiv) A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.
(xv) A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná.

Em decorrência de reestruturação societária através de aporte de capital ocorrido em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (vide nota explicativa nº 4.b)(i)).
(xvi) A Ecopólo Logística Cubatão Ltda. foi constituída em 5 de abril de 2006, com o objetivo de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 442,7 mil m2 que permitirá a criação de cerca de 3.500 vagas estáticas e 10.000 rotativas para caminhões e cargas. Essa área, pertencente ao município de Cubatão - SP, é objeto de concessão de acordo com Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em maio de 2026. A Ecopólo atua como um terminal affiandegado desde 2010, quando passou a operar como terminal de exportação sob licença Redex - Recinto Especial do Despacho Aduaneiro de Exportação. A partir de 2011, iniciou as atividades operacionais de um Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA. A sede da companhia fica localizada na Rodovia Cônego Domônico Rangoni, km 263.

(xvii) A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
(xviii) A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos affiandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços específicos de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
(xix) A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objetivo empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, "holding", acionista ou cotista.
(xx) A Paqueta Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

b) Reestruturação societária
No exercício de 2012, o Grupo EcoRodovias efetuou algumas reestruturações societárias visando simplificar sua estrutura operacional, conforme segue:
(i) Aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
Em 30 de março de 2012, foi deliberado o aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. em R\$ 305.432, fazendo com que a participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha na empresa Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas passasse a ser detida diretamente pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. Esse aumento no capital social foi realizado a valores contábeis e, consequentemente, não houve nenhum ganho nem perda.

(ii) Incorporação da CFF Participações Ltda. pela Aba Porto Participações S.A.
Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado em Reunião de Sócios, foi aprovada a incorporação da CFF Participações Ltda. pela sua então controladora Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a CFF Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.
(iii) Incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela Aba Porto Participações S.A.
Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela sua então controladora Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado, a Ecoporto Holding S.A. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.

(iv) Cisão total da Aba Porto Participações S.A. com versão do patrimônio líquido para a Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termare - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda.
Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão total da Aba Porto Participações S.A., nos termos do protocolo de cisão total com versão do patrimônio líquido para sociedades existentes e instrumento de justificação. Como resultado dessa cisão, a Aba Porto Participações S.A. foi extinta de pleno direito e as empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termare - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda. tornaram-se suas sucessoras.

(v) Incorporação da Elog S.A. pela Elog Sudeste S.A.
Em 31 de dezembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Elog S.A. pela sua então controladora Elog Sudeste S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a Elog S.A. foi extinta de pleno direito e a Elog Sudeste S.A. tornou-se sua sucessora. Após a incorporação, a denominação da Elog Sudeste S.A. passou a ser Elog S.A.

(vi) Combinação de negócios
Em 18 de maio de 2012, a EcoRodovias, através de sua controlada direta Ecoporto, celebrou Acordo de Subscrição de Ações e Outras Avenças com a CFF Participações Ltda., tendo por objeto a subscrição e integralização, pela Ecoporto, de ações da Aba Porto Participações S.A., representativas de 41,29% de seu capital social votante e total. A Aba Porto, nessa data, detinha ações/cotas representativas da totalidade do capital social das empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termare - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda., empresas essas que compõem o Complexo Tecondi, voltadas para a área de operação de portos marítimos. Na mesma data foi celebrado Contrato de Opção de Compra de Quotas, pelo qual a Ecoporto poderia, no prazo de até 12 meses, adquirir a totalidade da participação societária detida pelos acionistas originais no Complexo Tecondi. A Ecoporto exerceu a opção para aquisição da totalidade da participação societária do Complexo Tecondi em 19 de junho de 2012, ou seja, os 58,71% remanescentes.

A aquisição totalizou R\$ 1.297.341, sendo pagos R\$ 540.369 correspondentes à aquisição dos 41,29% e R\$ 756.972 referentes aos 58,71% remanescentes.
A aquisição de 100% foi efetivada e o controle foi obtido através da Ecoporto em 24 de maio de 2012 (até essa data nenhum desembolso havia sido efetuado), data em que as condições precedentes foram atendidas, sendo alas aprovação da Codesp e anuência dos bancos, sem as quais a aquisição não poderia ser concretizada. Ademais, a opção de compra de 58,71% foi considerada como efetiva, visto que a condição para o exercício ser apenas financeiro em 24 de maio de 2012.
Com essa aquisição, a EcoRodovias, por meio da Ecoporto, passará a realizar operações portuárias, além do manuseio e de armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

A Companhia contratou avaliador terceirizado a fim de realizar estudos para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A Administração avaliou provisoriamente o valor justo dos ativos e passivos adquiridos e concluiu que o ágio pago será substancialmente alocado aos contratos de concessão. Em 31 de dezembro de 2012 foi registrada uma amortização de R\$25.415, por possuir vida útil finita. O ágio será amortizado pelo prazo da concessão. Na determinação do preço de aquisição, a Companhia utilizou como premissa a renovação do contrato de concessão, em 2023, por mais 25 anos, conforme previsão na Cláusula Décima Sexta do Contrato de Arrendamento PRES. 028.98 ("Contrato"), que prevê tal faculdade mediante solicitação da Companhia ao Poder Concedente. A partir da Lei nº 8.630/93 e Lei nº 8.977/95 e princípios administrativos, a companhia entende que bastará a comprovação do adimplemento das obrigações do Contrato e existência de interesse público para sua prorrogação. A Companhia entende, também, que de acordo com seu plano de investimentos e com sua relevância participativa no mercado, há plenas condições de cumprir as exigências para renovação. Sendo assim, a mesma premissa está sendo utilizada para amortização do ágio decorrente da aquisição. O ágio de R\$1.136.118, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da adquirida, foi avaliado de maneira preliminar por empresa de avaliação independente e alocado conforme a seguir: (i) R\$1.106.175 como contratos de concessão com vida útil definida até 2048. (ii) R\$29.943 como mais-valia de imobilizado, máquinas e equipamentos, guindastes portuários e veículos, com vida definida entre cinco e dez anos.

O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	Saldos em 31/05/2012
Total do ativo	994.509
Total do passivo	(833.286)
Patrimônio líquido	161.223
Ágio gerado na operação	1.136.118
Custo total da aquisição	1.297.341
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	(556.255)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	741.086

O balanço patrimonial consolidado em 31 de maio de 2012 foi considerado como balanço de abertura, como segue:

	Saldos
Ativos líquidos adquiridos	161.223
Caixa e equivalentes de caixa	556.255
Costas a receber de clientes	102.110
Outros créditos	24.975
Depósitos judiciais	51.271
Impostos diferidos	374
Imobilizado	258.118
Intangível	1.406
Fornecedores	(40.814)
Empréstimos e financiamentos	(634.927)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(68.042)
Outras contas a pagar	(89.503)

d) Venda de participação
Em 14 de novembro de 2012, a Companhia, através de sua controlada direta Elog S.A., por meio de Comunicado ao Mercado anunciou a venda da totalidade de sua participação societária detida na Ecopólo CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A., representativa de 50% do seu capital social, pelo valor de R\$ 104.063 (R\$ 83.250, 80% de participação da Elog S.A. na Companhia), à BRCVII Cidade Nova Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade controlada pela Prep III - Industrial Co-Investments, L.P. e pelo Prosperitas III - Fundo de Investimento em Participações, como parte da aquisição desse ativo pela Global Limited Properties - GLP.
Os efeitos da venda dessa participação estão demonstrados a seguir:

	Saldos
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	853
Clientes	876
Tributos a recuperar	1
Despesas antecipadas	22
Total do ativo circulante	1.752
Não Circulante	
Depósitos judiciais	266
Propriedade para investimento	52.738
Total do ativo não circulante	53.004
Total do Ativo	54.790

	Saldos
Passivo e Patrimônio Líquido	
Circulante	
Fornecedores	75
Empréstimos e financiamentos	425
Impostos e contribuições a recolher	35
Provisão para imposto de renda e contribuição social	191
Dividendos a pagar	271
Outras contas a pagar	1
Total do passivo circulante	997
Não Circulante	
Empréstimos e financiamentos	32.181
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	266
Total do passivo não circulante	32.447
Patrimônio Líquido	21.346
Ganho na Venda do Investimento	61.904

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado na conta "Outras receitas (despesas), líquidas".

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	77	83	33.676	33.378
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	336.004	78.917	418.238	374.612
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	99.540	8.066	495.002	196.561
	435.621	87.066	946.916	604.551

(a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria "renda fixa", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato e sem o risco de mudança significativa de valor. O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.
O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.
Em 31 de dezembro de 2012, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 62,5% em CDB, 1,6% em Letras Financeiras - LF, 33,0% em Compromissada e 2,9% em Títulos Públicos Federais.

(b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remuneradas a taxas que variam entre 80,0% e 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses, possuindo liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis no final do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2012, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$ 187.848 (R\$ 8.062 em 31 de dezembro de 2011).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	31/12/2012	31/12/2011
CDBs (a)	66.722	67.307
Poupança (b)	12.434	-
	79.156	67.307
Circulante	28.498	30.106
Não circulante	50.658	37.201

(a) Os CDBs são remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 106,6% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 21).
(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada indireta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

A composição está assim representada:

	31/12/2012	31/12/2011
Nacional (a)	270.135	187.760
Internacional (b)	2.958	1.246
	273.093	189.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(19.061)	(12.501)
	254.032	176.505

(a) Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico referente a serviços prestados pela controlada direta Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar" e clientes de logística, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.
(b) Refere-se a clientes provenientes das operações de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, da controlada direta Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.).
(c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente da operação da controlada direta Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, constituída em

13. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)

	Valores das investidas		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2012	Resultado do exercício	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Elog S.A. - vide nota explicativa nº 4.b)(v)	-	39.864	-	80	-	241.334	31.891	(12.701)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. - STP	776.115	436.431	100	100	776.115	857.341	436.431	369.033
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	161.365	140.908	12,7%	12,75	20.574	17.367	17.366	14.613
Ecoporto Holding S.A. - vide nota explicativa nº 4.b)(iii)	-	-	100	100	-	1	8.621	(8)
EIL-01 Participações Ltda.	-	(1)	100	100	1	-	-	-
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) - vide nota explicativa nº 4.b)(v)	318.491	(6.328)	80	80	254.941	-	(3.860)	-
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.	12.593	22.169	100	100	12.593	-	(6.489)	-
Termare - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	79.279	22.218	100	100	79.279	-	3.503	-
Termlog Transporte e Logística Ltda.	24.889	25.236	100	100	24.889	-	3.566	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - vide nota explicativa nº 4.b)(i)	-	-	-	100	-	298.617	6.815	30.324
ECO 101 Concessionária de Rodovias S.A.	73.531	(1.469)	80	-	58.225	-	(1.175)	-
Lucros não realizados - Ecopólo Logística Cubatão Ltda.	-	-	-	-	(7.021)	-	327	327
					1.220.196	1.407.312	497.596	401.588

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

	31/12/2010	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aporte de capital	Reclassificação de equivalência	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2011
Elog S.A.	254.101	-	-	(66)	-	(12.701)	241.334
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	627.750	(139.553)	-	-	111	369.033	857.341
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	12.537	(9.784)	-	-	-	14.614	17.367
Ecoporto Holding S.A.	(4)	-	13	-	-	(8)	1
EIL-01 Participações Ltda.	1	(1)	-	-	-	-	-
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	268.777	(543)	-	-	59	30.324	298.617
Lucros não realizados - Ecopólo Logística Cubatão Ltda.	(7.674)	-	-	-	-	326	(7.348)
	1.155.488	(149.881)	13	(66)	170	401.588	1.407.312

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aporte de capital	Incorporação Cataratas	Incorporação Elog S.A.	Plano de opção com base em ações	Cisão Aba Porto	Equivalência patrimonial	31/12/2012
Elog S.A.	241.334	-	-	(273.225)	-	-	-	31.891	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	857.341	(823.411)	-	305.432	-	322	-	436.431	776.115
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	17.367	(14.759)	-	-	-	-	-	17.966	20.574
Ecoporto Holding S.A.	1	-	716.550	-	-	(725.172)	-	8.621	-
EIL-01 Participações Ltda.	-	(1)	-	-	-	-	-	-	1
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	-	(14.424)	-	-	273.225	-	-	(3.860)	254.941
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.	-	-	149.026	-	-	-	(129.944)	(6.489)	12.593
Termare Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	-	-	-	-	-	75.776	3.503	79.279
Termlog Transporte e Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	21.323	3.566	24.889
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	298.617	-	(305.432)	-	-	-	-	6.815	24.889
ECO 101 Concessionária de Rodovias S.A.	-	-	60.000	-	-	-	-	(1.175)	58.825
Lucros não realizados - Ecopólo Logística Cubatão Ltda.	(7.348)	-	-	-	-	-	-	327	(7.021)
	1.407.312	(852.594)	925.577	322	(758.017)	322	(758.017)	497.596	



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias	Elog S.A.	Tecondi	Ecopistas
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	Não aplicável	Não aplicável	a) Para cada subcrédito em TULP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.	Não aplicável	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágonos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágonos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Planner Trustee DTVM Ltda.
Classificação de risco	brAAA	brAAA	Não aplicável	Não aplicável	brAA+
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	Alienação fiduciária de 51% das ações da Elog e cessão fiduciária de 51% das cotas da empresa Elog Logística Sul	Alienação fiduciária de 100% das ações da Tecondi/ Termares/ Termlog - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2013.....	-	-	-	332.042	(3.566)	328.476
2014.....	187.075	(5.313)	181.762	206.143	(2.246)	203.897
2015.....	147.929	(4.788)	143.141	113.139	(1.596)	111.543
2016.....	231.493	(4.788)	226.705	60.474	(1.387)	59.087
2017.....	1.574.831	(18.802)	1.556.029	248.144	(6.582)	241.562
	2.141.328	(33.691)	2.107.637	959.942	(15.377)	944.565

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Elog S.A. (*)	Série única	20/08/12	240.000	(5.690)	234.310	CDI + 1,60%	11,56%
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	21/12/09	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 1,50%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	21/12/09	160.000	(4.156)	155.844	8,75% + IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	21/12/09	400.000	(10.502)	389.498	8,75% + IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias	Debêntures - 1ª série	11/01/06	135.000	(2.677)	132.323	104,00% do CDI	107,00% do CDI
	Debêntures - 2ª série	11/01/06	157.500	(3.124)	154.376	9,50% + IGP-M	10,32% + IGP-M
	Debêntures - 3ª série	11/01/06	157.500	(3.124)	154.376	9,50% + IGP-M	10,35% + IGP-M
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/12	92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,84% + IPCA
	Debêntures - 2ª série	15/01/12	92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,97% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	15/01/12	92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,91% + IPCA
	Debêntures - 4ª série	15/01/12	92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,87% + IPCA
Tecondi	Série única	15/06/12	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85%	11,89%
			2.460.000	(52.404)	2.407.596		

(*) O valor total da captação das debêntures da controlada direta Elog S.A. foi de R\$ 300.000 (R\$ 240.000 são referentes a 80% da participação da EcoRodovias).

22. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)
31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012

Ativo circulante-				
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (f)	-	63.239	61.442	
	-	63.239	61.442	

Ativo não circulante:				
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. - AFAC (e)	6.450	-	-	
Concessionárias de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	37	36	-	
	6.487	36	-	

Intangível:				
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	5.631	9.094	
SB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	1.087	313	
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	14.574	17.021	
Consórcio Serra do Mar (c)	-	45.338	24.813	
	-	66.630	51.241	
Total do ativo	6.487	36	129.869	112.683

Passivo circulante:				
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	16	260	
Consórcio Serra do Mar (c)	-	3.501	1.090	
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	138	66	
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	1.508	371	
Total do passivo	-	5.163	1.787	

Resultado:				
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	437	-	-	
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	240	367	
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	606	24	
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	6.417	30	
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (f)	-	5.212	5.007	
	437	-	12.475	5.428

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

(a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul; o valor mensal do aluguel é de R\$38.

(b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$2.346 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$14.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo de R\$3.988 de serviços a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias, CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impreglio Associados S.A., e pela Impreglio SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$94.200, incluindo aditivo contratual; deste total, foram incorridos R\$58.741, e há um saldo de R\$35.459 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias, C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impreglio Associados S.A., e pela Impreglio SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocatarras. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$17.757, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo de R\$9.931 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(e) O saldo em aberto refere-se a um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC. A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$123.235, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. A Ecoporte Holding S.A. celebrou um contrato de mútuo com sua controlada direta da Aba Porto Participações S.A. O valor global firmado é de R\$11.540; deste total há um saldo de R\$11.562, já incidente de juros de 108% de CDI ao ano. O prazo de vencimento deste contrato de mútuo era 19 de agosto de 2012, tendo nessa data sido transformado em AFAC. A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. celebrou um contrato de mútuo com sua coligada da Termlog Transportes e Logística Ltda. O valor global firmado é de R\$1.000 e há um saldo de R\$458. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento indeterminado, e incidem juros de 1% ao ano. A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. celebrou um contrato de mútuo com sua coligada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. O valor global firmado é de R\$42.950, e há um saldo de R\$37.792. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento indeterminado, e incidem juros de 1% ao ano. A Termlog Transportes e Logística Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R\$110,00 e R\$180,00 por carga. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Termlog faturou R\$43.206 para a Tecondi e R\$863 para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 1º de outubro de 2012.

(f) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$63.239 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidos garantias e avais.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia e de suas controladas, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) plano de opção com base em ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em R\$ 14.184 (R\$ 12.515 para o exercício de 2011).

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Salários e ordenados.....	4.687	6.032
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 28.f)	1.458	2.086
Previdência Privada.....	267	240
Benefícios diretos e indiretos	4.881	4.397
	11.293	12.755

23. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura rodoviária, ajustados a valor presente e taxas que variam entre 9,62% e 11,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia, e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2011
Constituição da provisão para manutenção	338.604	91.087	-	-	429.691
Efeito do valor presente sobre constituição	(79.351)	(18.254)	-	-	(97.605)
Realização da manutenção	(146.573)	-	(60.679)	-	(207.252)
Ajuste a valor presente - realizações	32.173	-	-	14.538	46.711
	144.853	72.833	(60.679)	14.538	171.545
Circulante	24.337	-	-	-	38.286
Não circulante.....	120.516	-	-	-	133.259

	31/12/2011	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para manutenção	429.691	90.998	-	-	520.689
Efeito do valor presente sobre constituição	(97.605)	(15.885)	-	-	(113.490)
Realização da manutenção	(207.252)	-	(78.603)	-	(285.855)
Ajuste a valor presente - realizações	46.711	-	-	10.607	57.318
	171.545	75.113	(78.603)	10.607	178.662
Circulante	38.286	-	-	-	63.531
Não circulante.....	133.259	-	-	-	115.131

24. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores provisionados para construção de obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2011
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	-	(4.339)	-	(4.339)
Ajuste a valor presente - realizações	5.861	-	1.766	7.627
	17.029	(4.339)	1.766	14.456
Circulante	10.143	-	-	12.527
Não circulante.....	6.886	-	-	1.929

	31/12/2011	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(4.339)	(3.087)	-	(7.426)
Ajuste a valor presente - realizações	7.627	-	812	8.439
	14.456	(3.087)	812	12.181
Circulante	12.527	-	-	2.141
Não circulante.....	1.929	-	-	10.040

25. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	31/12/2012	31/12/2011
Parcelas fixas	65.432	69.390
Parcelas variáveis.....	3.047	2.791
	68.479	72.181
Circulante	18.158	17.082
Não circulante.....	50.321	55.099

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de dezembro de 2012, restam 64 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 73,33% do total (68,33% em 31 de dezembro de 2011).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2012, todas as parcelas haviam sido quitadas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e em 1% na Ecosul.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cosegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos de riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2012	31/12/2011
2013.....	-	12.477
2014.....	13.452	11.394
2015.....	12.285	10.406
2016.....	11.219	9.503
Posterior a 2017	13.365	11.319
	50.321	55.099

A movimentação do Credor pela concessão está demonstrado a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	72.181	



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado

Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 ações ordinárias. As ações em tesouraria possuem como finalidade a liquidação das opções quando da outorga do plano de opções de ações (vide nota explicativa nº 28 f). Cabe à Administração da Companhia definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Ações	Custo médio - R\$ por ação
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502 (2.011)	13,45
Outorgadas em março de 2012	(137.877)	1,856
Recupera em junho de 2012	303.009 (4.857)	16,03
Outorgadas em junho de 2012	(108.729)	1,740
Recupera em agosto de 2012	177.486 (2.902)	16,35
Outorgadas em agosto de 2012	(11.900)	191
Outorgadas em setembro de 2012	(105.370)	1,715
Outorgadas em outubro de 2012	(89.433)	1,443
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	175.688 (2.825)	16,08

A Companhia mantém em tesouraria 175.688 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de dezembro de 2012, de R\$ 17,30. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de dezembro de 2012, é de R\$ 3.039. A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$ 31.867, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

h) Participações dos acionistas não controladores

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	3.041	6.664
Participação nos lucros	4.875	4.549
Aporte de capital de acionista não controlador	15.001	-
Pagamento de dividendos à acionista não controlador	(5.104)	(8.172)
Saldo final	17.813	3.041

29. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias
Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A controlada indireta iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano). Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preços de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, através do Termo Aditivo e Modificativo "TAM" 08/2006, compensou, até 30 de novembro de 2011 (vigência do referido termo), o valor de R\$ 241.659 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão.

Assim, a partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada indireta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa.

30. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	31/12/2012	31/12/2011
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	695.687	664.295
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	697.603	586.058
Vale-pedágio e pedágio em cupons	152.624	135.868
Outras	2.267	3.437
	1.548.181	1.389.658
Receitas de construção (vide nota explicativa nº 38.c)	298.540	199.435
Receita de logística e de prestação de serviços (b) e (d)	365.871	342.185
Receitas portuárias (e)	385.762	-
Receitas acessórias (c)	58.791	53.835
Receita bruta	2.657.145	1.985.113
Deduções de receita - PIS, Cofins e ISS (e) e (f)	(248.038)	(157.742)
Receita líquida	2.409.107	1.827.371

- (a) Refere-se às receitas de prestação via pedágio eletrônico.
- (b) Refere-se às receitas das empresas de logística relativas ao pátio de estacionamento de caminhões, depósito e reparos de contêineres e de Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - Redex.
- (c) Refere-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (d) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- (e) Refere-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Tecondi, Termare e Termlog, adquiridas em maio e junho de 2012 (conforme nota explicativa nº 4.c).
- (f) A partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada indireta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa (vide nota explicativa nº 29).

31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA Controladora (BR GAAP)

	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	25.001	20.653
Conservação e manutenção	760	548
Serviços de terceiros	15.457	14.596
Seguros (vide nota explicativa nº 37)	646	111
Depreciações e amortizações	1.110	999
Locação de imóveis e máquinas	1.689	1.759
Outras despesas operacionais	3.759	2.727
	48.422	41.393
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	48.422	41.393
Consolidado (IFRS e BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	326.612	212.373
Conservação e manutenção	53.823	69.697
Serviços de terceiros (*)	299.220	143.755
Seguros (vide nota explicativa nº 37)	21.020	13.090
Depreciações e amortizações	237.426	168.230
Poder Concedente	39.284	48.363
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	51.718	42.383
Provisão para manutenção	75.113	80.312
Custo de construção de obras	298.540	199.435
Outros custos e despesas operacionais	102.570	61.285
	1.505.326	1.038.923
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	1.162.350	810.823
Despesas gerais e administrativas	342.976	228.100
	1.505.326	1.038.923

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria e assessoria de R\$ 71.649, serviços de frete de R\$ 28.892, limpeza e vigilância de R\$ 20.521, comissão e corretagem de R\$ 39.481 e outros serviços de terceiros de R\$ 136.677.

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	13.996	28.663	60.891	95.586
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	1.790	6.355
Outras	1.626	1.687	19.876	5.388
	15.622	30.350	82.557	107.329
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(154.652)	(153.756)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.247)	-	(65.267)	(34.246)
Varição monetária sobre debêntures	-	-	(60.217)	(49.918)
Varição monetária sobre direito de outorga de debêntures	-	-	(9.813)	(9.548)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(8.843)	(4.715)
Amortização de custos com notas promissórias	(3.432)	-	(3.432)	-
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(11.419)	(16.304)
Despesas bancárias	(92)	(40)	(2.988)	(2.669)
Varição cambial sobre financiamentos	-	-	(8.633)	-
Outras	(4.109)	(3.089)	(22.245)	(19.253)
	(33.880)	(3.129)	(347.509)	(290.409)
Resultado financeiro	(18.258)	27.221	(264.952)	(183.080)

33. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Lucro básico por ação das operações continuadas		0,76	0,69
Lucro diluído por ação das operações continuadas		0,75	0,68

a) Lucro básico por ação
O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Lucro do exercício atribuído aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação		422.072	383.017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação		558.669	558.669

b) Lucro diluído
O lucro utilizado na apuração do lucro por ação diluído é o seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro utilizado na apuração do lucro diluído por ação	422.072	383.017

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

	Controladora e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação		558.699	558.699
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações		1.458	1.721
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação		560.157	560.420

34. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a participação nos lucros e resultados foi de R\$ 12.143 (R\$ 7.055 em 31 de dezembro de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21, deduzidos pelo caixa e pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 28). A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais
A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros
A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam de 80% a 102,5% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21.

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Dívida (a)	574.108	-	3.284.512	1.748.344
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(435.621)	(87.066)	(1.026.072)	(671.858)
Dívida líquida	138.487	(87.066)	2.258.440	1.076.486
Patrimônio líquido (b)	2.107.576	1.882.060	2.125.487	1.885.101
Índice de endividamento líquido	0,07	-	1,06	0,57

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e credor pela concessão circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 25.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Classificação	Saldo contábil	Valor justo	
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	33.676	33.676
Clientes (a) Empréstimos e recebíveis		254.032	254.032
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	992.396	992.396
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	150.138	150.138
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	969.068	907.104
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	663	663
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	2.314.781	2.759.709
Credor pela concessão (e)	Outros passivos financeiros	68.479	81.988

(a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado de acordo com a taxa de 5,43% ao ano, com base nas parcelas a vencer.

(d) As debêntures foram calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme o Preço Unitário - PU atualizado em 31 de dezembro de 2012.

(e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Credor pela concessão". As referidas taxas e PUs utilizados para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br e www.oliveiratrust.com.br.

a) Riscos de taxa de câmbio
O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada indireta Ecopató Logística Cubatão Ltda., com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2012, as controladas indiretas Ecopató Logística Cubatão Ltda., Elog Logística Sul Ltda. e Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) possuem os seguintes contratos em moeda estrangeira:

	31/12/2012	
	R\$	Moeda
Credor		
Finimp	341	US\$
Finimp Linde	586	€
Cargotec Sweden AB	512	US\$
Cargotec Sweden AB	1.495	€
Nordea Bank Finland PLC	1.518	€

b) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito
Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$ 63.239 (R\$ 61.442 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 73 meses
Modalidade					
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	19.206	20.264	20.803	78.131
Capital de giro	CDI + 0,032% a.a.	13.556	12.721	-	-
Capital de giro	111,6% do CDI	158.259	-	-	-
Finame	TJLP + 4,16% a.a.	2.334	2.394	2.343	3.186
Finame	7,72% a.a.	2.264	2.134	2.004	2.761
CDC	14,03% a.a.	100	92	-	-
Equipamentos (moeda estrangeira) EUR	VC + 8,01% a.a.	1.821			



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:
a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP
b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
c) SP-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km; prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (interseção com a SP-088) e no km 111 (interseção com a SP-103).
A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:
• O pagamento de direito de outorga, no total de R\$ 595.157 (R\$ 570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$ 118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.
• O pagamento de 3% sobre o total da arrecadação a título de ônus variável.
Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:
a) Prorrogação do prazo de concessão.
b) Revisão tarifária.
c) Revisão do cronograma de investimentos.
d) Utilização do ônus fixo.
e) Emprego de verbas do tesouro.
f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.
Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.
O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.
O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.
Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	113.633	64.478
Custos de construção	(113.633)	(64.478)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$ 213.813 (R\$ 329.633 em 31 de dezembro de 2011).

Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul
A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecocul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, e início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecocul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguaraão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.
A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:
a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecocul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.
Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	29.546	31.546
Custos de construção	(29.546)	(31.546)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecocul estão estimados em R\$ 68.137 (R\$ 70.475 em 31 de dezembro de 2011).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.
A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias.

O sistema rodoviário da ECO101 tem uma extensão de 475,9 km, abrangendo o seguinte trecho:
• BR-101 ES/BA, no trecho entre o entroncamento com a BA-698, no acesso ao município de Mucuri (BA), e a divisa dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (excluindo a ponte), no início do trecho explorado pela concessionária Autopista Fluminense S.A., sendo 390,4 km de pista simples, 2,4 km de pista simples com faixa adicional (3ª faixa) e 33,1 km de pista dupla.
Tido em vista a suspensão do cronograma dos trâmites do Edital pela ANTT, o Contrato de Concessão ainda não foi assinado, de forma que a ECO101 não iniciou a prestação de seus serviços. Tão logo a ANTT publique novo comunicado sobre o cronograma com data para assinatura do Contrato de Concessão a ECO101 estará à disposição para assinatura. A ECO101 iniciará suas atividades como Concessionária do trecho da BR-101 anteriormente descrito, em até 30 dias após a assinatura do Contrato de Concessão, em razão da necessidade de assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens.

39. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA, EOCATARATAS E TECONDI

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarras fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.
A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitórias às concessionárias do Estado do Paraná.
Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

Tanto a Ecovia quanto a Ecocatarras buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.
Diante da nova administração estadual, as concessionárias estão atualmente em processo de revisão contratual. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria já deferidos.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. ("Tecondi")
O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e o Tecondi tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra em 12 de junho de 2023. Embora o Contrato mencione a prorrogação em sua Cláusula Décima Sexta, não prevê que será automática e estipula que ela deverá ser requerida, por escrito, pelo Tecondi. O Contrato prevê que tal requerimento deverá ser feito com 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, bem como que a Codesp

avaliará o desempenho do Tecondi. Ademais, se aplicada a atual Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, também será necessário que o requerimento da Tecondi seja acompanhado de estudo de viabilidade, bem como deverá dispor das informações necessárias à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro das novas bases contratuais. O Tecondi deverá então, ao requerer a prorrogação, instruir o seu pedido com o estudo de viabilidade, seguindo o modelo proposto pela ANTAQ (Nota Técnica nº 25/2009). Assim, em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Tecondi e observadas as prescrições da Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Tecondi adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento em definitivo de duas ações populares nº 0010874-75.2002.403.6104 (2002.61.04.010874-9) apensas, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato e de seus aditivos, bem como do processo nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União, que em primeira instância administrativa julgou pela não prorrogação do Contrato. Apesar das decisões de 1ª instância, a Administração considera a probabilidade de reversão destes julgados e êxito em tais demandas, o que possibilitará a prorrogação do contrato, em linha com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a doutrina jurídica dominantes. Nas primeiras ações anteriormente mencionadas pendem de julgamento recursos de apelação ajuizados pelo Tecondi e, no procedimento administrativo destacado, julgamento de embargos declaratórios também por ele ajuizados.

40. FLUXO DE CAIXA

a) As movimentações que não afetaram o caixa se referem à aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 15 e nº 16, e às operações de reestruturações societárias, conforme a nota explicativa nº 4.b).

b) Dividendos recebidos

São tratados como atividade de investimento.

41. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM"). Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

Contas de resultado

	Concessões	Logística	Portos	Holding e serviços	Resultado combinado	Eliminação	Consolidação
Receita líquida	1.875.939	266.938	368.039	60.058	2.570.974	(161.867)	2.409.107
Custos e despesas	(1.018.330)	(258.947)	(320.085)	(91.311)	(1.688.673)	183.347	(1.505.326)
Depreciação e amortização	(157.066)	(27.803)	(16.964)	(6.808)	(208.641)	(28.785)	(237.426)
Receitas financeiras	33.897	9.289	20.364	19.457	83.007	(450)	82.557
Despesas financeiras	(240.858)	(34.521)	(12.541)	(35.900)	(323.820)	(23.689)	(347.509)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(218.374)	(13.586)	(16.089)	(6.455)	(254.504)	(6.552)	(261.056)
Lucro (prejuízo) líquido	434.962	26.944	36.301	440.938	938.245	(516.173)	422.072

	Concessões	Logística	Holding e serviços	Resultado combinado	Eliminação	Consolidação
Receita líquida	1.551.572	245.847	150.913	1.948.332	(120.961)	1.827.371
Custos e despesas	(809.077)	(216.383)	(120.918)	(1.146.278)	107.355	(1.038.923)
Depreciação e amortização	(129.006)	(14.071)	(11.142)	(154.219)	(14.011)	(168.230)
Receitas financeiras	36.900	15.516	82.288	134.704	(27.375)	107.329
Despesas financeiras	(198.282)	(38.359)	(81.087)	(317.728)	(27.319)	(290.409)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(188.386)	(10.115)	(19.121)	(217.622)	-	(217.622)
Lucro (prejuízo) líquido	392.531	5.611	7.321	405.663	(22.446)	383.017

	Concessões	Logística	Portos	Holding e serviços	Resultado combinado	Eliminação	Consolidação
Ativo circulante	218.667	204.622	294.223	630.006	1.347.518	(37.737)	1.309.781
Ativo não circulante	2.786.095	376.547	754.800	2.259.163	6.176.605	(1.290.430)	4.886.175
Total do ativo	3.004.762	581.169	1.049.023	2.889.169	7.524.123	(1.328.167)	6.195.956
Passivo circulante	582.408	62.154	180.427	686.750	1.511.739	(77.303)	1.434.436
Passivo não circulante	1.643.034	264.082	751.836	737	2.659.689	(23.656)	2.636.033
Patrimônio líquido - consolidado	779.320	254.933	116.760	2.201.682	3.352.695	(1.227.208)	2.125.487
Total do passivo	3.004.762	581.169	1.049.023	2.889.169	7.524.123	(1.328.167)	6.195.956

	Concessões	Logística	Holding e serviços	Resultado combinado	Eliminação	Consolidação
Ativo circulante	349.608	141.429	831.665	1.322.702	(445.070)	877.632
Ativo não circulante	2.439.243	400.216	2.639.972	5.479.431	(2.216.996)	3.263.333
Total do ativo	2.788.851	541.645	3.471.637	6.802.133	(2.661.168)	4.140.965
Passivo circulante	618.467	61.140	363.339	1.042.946	(181.016)	861.930
Passivo não circulante	996.760	236.613	340.705	1.574.078	(180.144)	1.393.934
Patrimônio líquido - consolidado	1.173.624	243.892	2.767.593	4.185.109	(2.300.008)	1.885.101
Total do passivo	2.788.851	541.645	3.471.637	6.802.133	(2.661.168)	4.140.965

42. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os principais saldos das controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são conforme segue:

	Ativo			Passivo			Demonstração do resultado			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total	Receita líquida	Lucro operacional	Lucro (prejuízo) do exercício
Elog Sul	18.058	30.246	48.304	16.508	4.420	27.376	48.304	85.374	40.192	27.101
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	233.401	468.887	702.288	58.421	325.302	318.665	702.288	207.215	54.525	6.965
ELG-01	304	28.771	29.075	533	-	28.542	29.075	-	-	(5.248)
Elog	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.434
Ecopató Imigrantes	-	-	-	-	-	-	-	9.091	7.397	3.085
Ecopató Cubatão	5.632	143.729	149.361	3.747	631	144.983	149.361	34.123	(297)	(5.881)
Paqueta Participações	-	11.000	11.000	-	-	11.000	11.000	-	-	(12)
Anish	146	28.236	28.382	232	-	28.150	28.382	-	-	(561)
EcoRodovias Concessões	173.475	1.416.313	1.589.788	22.849	790.824	776.115	1.589.788	109.373	45.362	437.200
Ecopistas	43.486	889.881	933.367	80.934	617.300	235.133	933.367	316.326	128.027	44.007
Ecovias	109.745	1.024.945	1.134.690	360.671	204.549	569.470	1.134.690	824.431	503.526	393.162
Ecosul	12.209	130.791	143.000	86.808	24.143	32.049	143.000	165.252	98.762	79.603
Ecovia	12.900	154.708	167.608	128.424	12.921	26.263	167.608	208.473	120.747	95.044
Ecocatarras	18.770	480.531	499.301	65.026	107.414	326.861	499.301	252.083	93.999	54.322
STP	97.576	16.418	113.994	92.925	495	20.574	113.994	60.058	39.973	26.959
Ecoporto Holding	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.791)
ABA Porto Particip. S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25)
Tecondi	232.839	668.674	901.513	164.211	724.709	12.593	901.513	262.083	88.012	11.705
Termares	34.174	73.433	107.607	11.263	17.065	79.279	107.607	79.602	49.634	25.285
Termlog Transp. e Logística	27.112	12.694	39.804	4.953	10.062	24.889	39.804	26.354	16.253	15.400
CFF Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)
ECO101	68.552	5.641	74.193	649	13	73.531	74.193	-	(1.374)	(1.469)
EcoRodovias Infraestrutura	463.877	2.237.105	2.700.982	593.183	223	2.107.576	2.700.982	2.639.838	1.279.349	1.762.161
Subtotal	1.552.354	7.822.003	9.374.357	1.691.337	2.839.971	4.843.049	9.374.357	6.		